

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

**KELLY KOZLOWSKI CARVALHO**

**INCLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**MEDIANEIRA**

**2012**

KELLY KOZLOWSKI CARVALHO



## INCLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Medianeira*.

Orientadora: Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem

# EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2012



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Educação: Métodos e  
Técnicas de Ensino



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Inclusão de surdos nas escolas regulares

Por

**Kelly Kozlowski Carvalho**

Esta monografia foi apresentada às 10h30m do dia 15 de dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem  
UTFPR – *Campus Medianeira*  
*Orientadora*

Professora Joice Maria Maltauro Juliano  
UTFPR – *Campus Medianeira*  
*Membro*

Rogério Eduardo Cunha de Oliveira  
UTFPR – *Campus Medianeira*  
*Membro*

João Enzio Gomes  
UTFPR – *Campus Medianeira*  
*Membro*

Dedico este trabalho a Deus, minha família, minhas amigas e Professora orientadora: Maria Fatima Menegazzo Nicodem que contribuiu de forma significativa para a concretização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos e pela realização de mais uma conquista em minha vida.

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”

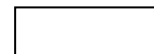
*Paulo Freire*

## RESUMO

CARVALHO, Kelly Kozlowski. **Inclusão de surdos nas escolas regulares.** Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Orientadora: Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira-PR, 2012.

O presente trabalho objetivou trabalhar com o tema que foca a inclusão de surdos em escolas regulares, investigou como tem sido o processo de inclusão destes alunos através de um questionário, que foi aplicado a professores e diretores de uma escola estadual que possui quatro alunos surdos. O ensino para surdos foi, por longo período, baseado num modelo clínico em que prevaleciam técnicas que visavam o desenvolvimento da expressão oral. Com a valorização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nas escolas, a língua de sinais passou a ser alvo de estudos e a língua portuguesa a ser considerada de forma diferenciada. A LIBRAS é considerada a língua natural do surdo sendo assim deve ser sua primeira língua e a língua da comunidade majoritária tanto na modalidade oral como na escrita deve ser priorizada como segunda língua. O objetivo da inclusão de alunos surdos é dar-lhes uma situação de desenvolvimento da linguagem dentro de um clima de comunicação efetiva.

**Palavras-chave:** Ecopedagogia. Metodologia. Educação.



## ABSTRACT

CARVALHO, Kelly Kozlowski. **Inclusion of deaf people in mainstream schools**. Monograph of Specialization in Education: Teaching Methods and Techniques. Advisor: Teacher Maria Fatima Menegazzo Nicodem, Federal Technological University of Paraná. Medianeira -PR, 2012.

The present work aimed to work with the theme that focuses on the inclusion of the deaf in regular schools, investigated how has been the process of inclusion of these students through a questionnaire, which was applied to professors and directors of a State school that has four deaf students. Teaching for the deaf was, for a long period, based on a clinical model in prevailing techniques aimed at the development of oral expression. With the appreciation of Brazilian sign language-POUND in schools, the language has become the subject of studies and the English language to be considered differently. The pounds is considered the natural language of deaf so should be your first language and the language of the majority community both in oral and in written form should be prioritized as a second language. The purpose of the inclusion of deaf students is to give them a situation of language development within a climate of effective communication.

**Keywords:** Children with disabilities. Education. Pre-school..



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	11
2.1 TIPOS DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SUAS CAUSAS. ....	11
2.1.1 Deficiência Auditiva Condutiva: .....	11
2.1.2 Deficiência Auditiva Neurosensorial: .....	11
2.1.3 Deficiência Auditiva Mista .....	12
2.1.4 Pré-Natais .....	12
2.1.5 Perinatais .....	12
2.1.6 Pós-natais .....	13
2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS .....	14
2.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ALUNO SURDO .....	18
2.4 O ALUNO SURDO NO CONTEXTO ESCOLAR .....	19
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	21
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	22
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	26
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	28

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças surdas no ensino regular (series iniciais) vem sendo muito discutida atualmente pelos educadores. Para que ela ocorra apropriadamente, faz-se necessária uma adaptação do ambiente escolar, isto inclui a preparação dos funcionários da escola, da administração e principalmente o professor, a adequação das salas de aula, afinal os surdos também têm direito à educação e almejam ter sucesso nela e conseqüentemente no mercado de trabalho.

Este trabalho irá abordar o tema inclusão de surdos nas escolas regulares, conterá informações sobre os tipos de deficiências auditivas existentes, suas causas, formas de prevenção. Servindo assim de apoio para aqueles profissionais que já atuam na área da educação ou aqueles que têm interesse em atuar e ainda para pessoas que buscam algum tipo de esclarecimento sobre o assunto.

A inclusão de alunos surdos se apresenta como um fato novo para a maioria dos professores e profissionais ligados à educação, surgindo como um grande desafio para todos, pois, uma escola inclusiva deve oferecer ao aluno surdo possibilidades reais de aprendizagem, caso contrário, estará realizando uma inclusão precária.

Sendo assim este projeto discutirá sobre os principais tipos de deficiências auditivas para trazer maiores informações aos professores e alunos.

O objetivo deste trabalho foi investigar a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação e como tem acontecido na prática. Como objetivos específicos, tem-se: promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo a inclusão dos alunos Surdos nas escolas em turmas do ensino regular da rede pública; promover uma reflexão sociocultural sobre a problemática que envolve a inclusão de alunos Surdos; e mostrar que o portador de surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando, somente, que tenha suas necessidades de comunicação atendidas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 TIPOS DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SUAS CAUSAS.

A deficiência auditiva é uma perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis.

Segundo BRASIL (1995, p.17), é possível classificar uma pessoa com deficiência de acordo com seu grau de perda auditiva, avaliada em decibéis. A audição é considerada normal quando há uma diminuição de até 15 D.B., nos casos de perda auditiva entre 16 e 25 D.B., há uma deficiência auditiva suave. A surdez manifesta-se como leve quando a perda varia de 26 a 40 D.B., moderada entre 41 e 55 D.B. e severa entre 61 e 90 D.B.

Segundo Werner (1994, p.257), “Pelo menos uma em cada mil crianças nasce profundamente surda, o que é diagnosticada através de exames como audiometria e audiograma”.

Muitas pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida devido a acidentes ou doenças segue alguns tipos de deficiências, suas causas e formas de prevenção de acordo com GIUSEPPE (1997)

#### 2.1.1 Deficiência Auditiva Condutiva:

Qualquer interferência na transmissão do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna. A orelha interna tem capacidade de funcionamento normal mas não é estimulada pela vibração sonora. Essa deficiência pode ser corrigida através de tratamento clínico ou cirúrgico.

#### 2.1.2 Deficiência Auditiva Neurosensorial:

Ocorre quando há uma impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas do ouvido. Pode se manifestar em qualquer idade, desde o pré-natal até a idade avançada. A cóclea é um órgão muito sensível e

vulnerável aos fatores genéticos, às doenças infantis, aos sons muito altos e a alguns medicamentos. Muitos idosos também sofrem de surdez neurossensorial.

Um parto difícil ou prematuro, sobretudo quando o bebê não recebe oxigênio suficiente, as vezes causa surdez neurossensorial. Ao nascer a criança está sujeita à icterícia, prejudicial ao nervo auditivo, podendo levar à perda de audição. A icterícia é mais comum em bebês prematuros. Muitos problemas que surgem no parto estão se tornando menos frequentes à medida que se aprimoram as técnicas de assistência a bebês de alto risco.

### 2.1.3 Deficiência Auditiva Mista

Ocorre quando há uma alteração na condução do som até o órgão terminal de sensorial e uma lesão do nervo auditivo, pode ser diagnosticado com um audiograma.

A deficiência auditiva pode ser congênita ou adquirida. As principais causas da deficiência congênita são hereditariedades, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose), ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. É adquirida, quando existe uma predisposição genética (otosclerose), quando ocorre meningite, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons impactantes (explosão) e viroses.

### 2.1.4 Pré-Natais

A criança adquire a surdez através da mãe, no período de gestação:

- De origem hereditárias ou genéticas;
- Infecções maternas por rubéola, sífilis, herpes, toxoplasmose, drogas, exposição ao raio x, diabetes, pressão alta.

### 2.1.5 Perinatais

- A criança fica surda, porque surgem problemas no parto.
- ✓ Prematuridade;
- ✓ Anóxia;
- ✓ Fórceps;
- ✓ Infecção hospitalar.

#### 2.1.6 Pós-natais

- A criança fica surda porque surgem problemas após seu nascimento:
- ✓ Meningite;
- ✓ Exposição contínua a ruídos ou sons muito altos;
- ✓ Traumatismos cranianos;
- ✓ Sarampo;
- ✓ Caxumba;

Estes estudos também demonstram a importância da prevenção sendo ela de cunho primário, secundário e terciário.

A prevenção primária refere-se às ações que antecedem o problema da surdez, evitando sua ocorrência e deve ser realizada por meio de:

- ✓ Campanhas de vacinação das jovens contra rubéola;
- ✓ Exames pré nupciais;
- ✓ Acompanhamento a gestante (pré-natal);
- ✓ Campanhas de vacinação infantil contra sarampo, meningite, caxumba, etc;
- ✓ Palestras e orientações as mães.

A prevenção secundária refere-se às ações que atenuam as conseqüências da surdez e são realizadas tanto na área da saúde quanto na área da educação: Na área da saúde por meio de diagnóstico, atendimento a fonoaudiológico; Na área da educação por meio do atendimento na educação infantil, principalmente através do Programa de Estimulação Precoce para crianças de zero a três anos.

A prevenção terciária refere-se às ações que limitam as conseqüências

do problema da surdez e melhoram o nível de desempenho da pessoa, como por exemplo, aquelas que compõem o atendimento realizado pela Educação Especial.

## 2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Durante muito tempo, e mesmo nos dias de hoje, a deficiência auditiva tem sido confundida com deficiência mental e até com possessões demoníacas e seus portadores são chamados de doidinhos ou mudos.

Na antiguidade acreditava-se que as pessoas deficientes não podiam ser educadas, pois eram consideradas como aberração da natureza, portanto foram vários os períodos em que estas pessoas foram rotuladas de incapazes, não podendo participar de qualquer tipo de vida “normal” a que regularmente passam as outras pessoas da comunidade. (GOLDFELD, 1997, p.24).

Sabe-se que nesta mesma época, era comum o extermínio de crianças que nascessem deficientes. Existem relatos a respeito do tratamento que era dado a essas pessoas. Não havia nenhuma preocupação com a educação ou qualquer outra forma de socializar as pessoas deficientes.

Segundo Lacerda (1998 p.68) “é no início do século XVI que se começa a admitir que os surdos possam aprender através de procedimentos pedagógicos sem que haja interferências sobrenaturais.” O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimentos e se comunicar com o “mundo ouvinte”. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos.

Nas tentativas iniciais de educar o surdo, além da atenção dada à fala, a língua escrita também desempenhava papel fundamental. Os alfabetos digitais eram amplamente utilizados. Eles eram inventados pelos próprios professores, porque se argumentava que se o surdo não podia ouvir a língua falada, então ele podia lê-la com os olhos. Falava-se da capacidade do surdo em correlacionar as palavras escritas com os conceitos diretamente, sem necessitar da fala. Muitos professores de surdos iniciavam o ensinamento de

seus alunos através da leitura e escrita, essa forma de ensinar instrumentalizava-se diferentes técnicas para desenvolver outras habilidades, tais como leitura labial e articulação das palavras.

Os surdos que podiam se beneficiar do trabalho desses professores eram poucos, somente aqueles pertencentes às famílias ricas. É justo pensar que houvesse um grande número de surdos sem qualquer atenção especial e que, provavelmente, se vivessem agrupados, poderiam ter desenvolvido algum tipo de linguagem de sinais através da qual interagissem.

A partir desse período podem ser distinguidas, nas propostas educacionais vigentes, iniciativas antecedentes que hoje chama-se de oralismo e gestualismo.

Percebe-se que havia certa exigência que os surdos se reabilitassem que superassem sua surdez, que falassem e, de certo modo, que se comportasse como se não fossem surdos. Os proponentes menos tolerantes pretendiam reprimir tudo o que fizesse recordar que os surdos não poderiam falar como os ouvintes. Impuseram a oralização para que os surdos fossem aceitos socialmente e, nesse processo, deixava-se a imensa maioria dos surdos de fora de toda a possibilidade educativa, de toda a possibilidade de desenvolvimento pessoal e de integração na sociedade, obrigando-os a se organizar de forma quase clandestina.

Os gestualistas eram mais tolerantes diante das dificuldades do surdo com a língua falada e foram capazes de ver que os surdos desenvolviam uma linguagem que, ainda que diferente da oral era eficaz para a comunicação e lhes abria as portas para o conhecimento da cultura, incluindo aquele dirigido para a língua oral.

Foi realizado, em 1878, em Paris, o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, no qual se fizeram acalorados debates a respeito das experiências e impressões sobre o trabalho realizado até então. Os surdos tiveram conquistas importantes, como o direito a assinar documentos, tirando-os da “marginalidade” social, mas ainda estava distante a possibilidade de uma verdadeira integração social.

Lacerda (1998 p.04) afirma que:

Em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado sem a participação e opinião da maioria interessada que eram os surdos, havia 164 participantes ouvintes que decidiram pela proibição da língua de sinais decretando o método oral como a única possibilidade para a reabilitação da criança surda, constituindo-se no único objetivo do ensino.

Com o congresso de Milão termina uma época de convivência tolerada na educação dos surdos entre a linguagem falada e a gestual e, em particular, desaparece a figura do professor surdo que, até então, era freqüente. Era o professor surdo que, na escola, intervinha na educação, de modo a ensinar um certo tipo de cultura e de informação através do canal visogestual e que, após o congresso, foi excluído das escolas em função de que neste congresso ficou acordado que deveria ser trabalhado a oralidade em todas as propostas educacionais para surdos.

Começam a surgir estudos das línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas. Apesar da proibição dos oralistas no uso de gestos e sinais, raramente se encontrava uma escola ou instituição para surdos que não tivesse desenvolvido, às margens do sistema, um modo próprio de comunicação através dos sinais.

Surgem defensores da língua de sinais no Brasil e são fundadas as associações de surdos e a Federação Nacional de Educação e Integração de surdos – FENEIS (1987) dirigida apenas por surdos, para desarticular a antiga FENEIDA que era composta apenas por pessoas ouvintes. Começam a ser implantadas as primeiras escolas para surdos e a surgir às discussões sobre metodologias para ensinar ao surdo. A FENEIS foi fundamental no processo de crescimento da política surda.

Muitas mudanças foram alcançadas, novos conceitos surgiram e, a partir de um novo contexto, iniciam-se pesquisas e estudos sobre desenvolvimento do deficiente auditivo.

A Declaração de Salamanca de 1994 foi uma conferência que defendeu na Área das Necessidades Especiais, enfatiza a necessidade dos surdos terem acesso á educação através da língua de sinais de seu país. Devido às necessidades específicas dos surdos, é possível que a sua educação possa



ser ministrada de forma adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais em escolas de ensino regular em que não haja possibilidade de ter uma escola só para surdos.

## 2.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ALUNO SURDO

A inclusão dos alunos surdos na escola regular tem gerado debates quanto à diferença linguística. Alguns estudiosos alegam que o aluno surdo não compartilha uma língua comum com os seus colegas e professores e por isso esta em desigualdade linguística na sala de aula, por isso sem garantia de acesso aos conhecimentos.

Assim, em razão da defasagem auditiva, os sujeitos surdos enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos (GÓES, 1996).

O atraso da linguagem pode trazer algumas consequências emocionais, sociais e até cognitivas, isso pode deixar o aluno surdo defasado no processo ensino aprendizagem, por isso a necessidade de elaboração de propostas educacionais para favorecer o desenvolvimento dos alunos surdos. No entanto grande parte dos professores do ensino regular não conhece a LIBRAS e isso dificulta a realização eficaz de ensino aprendizagem de alunos surdos. Sanches e Teodoro (2006, p. 73) afirma:

A educação inclusiva não significa educação com representação e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas, autênticos desafios à criatividade e à ruptura das idéias feitas.

Infelizmente a escola ainda faz parte de uma sociedade preconceituosa e excludente, por isso os estudiosos afirmam que é necessário a elaboração de propostas diferenciadas de aprendizagem e a formação de uma equipe especializada para dar suporte a escola e professores.

O que também pode ser destacado como uma dificuldade para a implantação de escolas inclusivas é a falta de recursos humanos e materiais.

Beyer (2006), destaca que é necessário investir na formação de professores para trabalhar na dinâmica da inclusão e organizar os espaços escolares tornando-os acessíveis aos alunos com NEE, caso contrário, cai-se, novamente, na desconfiança da adoção precipitada de um ensino que pode estar claro, como paradigma ou como eixo educacional, mas que se encontra fragilizado pelo investimento insuficiente na área da educação impedindo que a

escola pública realize o objetivo proposto, ou seja, proporcionar qualidade de ensino para todos.

## 2.4 O ALUNO SURDO NO CONTEXTO ESCOLAR

O aluno surdo deve frequentar o sistema regular de ensino, afinal ele é um cidadão com os mesmos direitos dos cidadãos ditos normais. No ensino regular este aluno fará o uso da leitura orofacial, exercitará assim a expressão oral e a escrita.

Para a integração do aluno surdo em classe comum Brito p.15 e 16 recomenda que:

A Escola estruture-se quanto aos recursos humanos, físicos e materiais;- o processo ocorra após o período de alfabetização, quando o educando já possui razoável domínio da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita). No entanto, de acordo com as condições que ele apresentar, nada impede que a integração ocorra na pré escola ou em qualquer outra série;- a Escola, que vai receber este aluno, tenha conhecimento da sua forma de comunicação;- a Escola só o recebe para inclusão em classe comum, quando houver garantia de complementação curricular sem Sala de Recursos, professores itinerantes ou intérprete de LIBRAS;- a Escola organize a classe comum de forma que não tenha mais de 25 alunos, incluindo o integrado; - sua idade cronológica seja compatível com a média do grupo da classe comum que irá frequentar;- a Escola comum mantenha um trabalho sistemático visando a participação da família no processo educacional. (BRITO p.15 e 16)

As escolas que receberem o aluno surdo precisam adotar o modelo bilíngue de educação, assim estará adotando a língua de sinais como sua primeira língua, isso possibilitará um melhor desenvolvimento lingüístico do surdo e contribuirá no seu desenvolvimento afetivo, social e cognitivo.

É necessário que os professores do ensino regular proporcionem situações de interação entre o aluno surdo e os demais alunos, para que isso desperte no mesmo motivação. A escola deve-se organizar-se de um modo que os professores e os alunos compartilhem o conhecimento. Os alunos surdos possuem uma linguagem riquíssima que deve ser compartilhada com os alunos ouvintes.

O professor pode utilizar recursos visuais variados como: gravuras,

desenhos, fotos, vídeos, ainda proporcionar vistas a museus, teatros, passeios, uso de laboratório, isso possibilita a ampliação da aprendizagem, pois a vivência auxilia no processo de construção do conhecimento dos alunos surdos, mais do que para os alunos ouvintes.

A participação da família no processo ensino – aprendizagem do aluno surdo é extremamente necessária. Assim sendo, a inclusão do surdo só será possível quando forem observadas suas necessidades especiais e que se estabeleça uma metodologia específica que garanta sua relação, comunicação e o desenvolvimento de seus valores sociais.

A inclusão do aluno surdo no ensino regular é, portanto, determinante para o seu desenvolvimento enquanto partícipe de um contexto sociocultural. Para tal, faz-se necessário o compromisso por parte da comunidade escolar em adequar-se metodologicamente para com este aluno, criando alternativas de fazê-lo ingressar e permanecer no ambiente escolar de forma participativa, comprometido com o seu desenvolvimento escolar sem nunca deixá-lo de perceber diferente como é cada aluno deste ambiente diferenciado de valores que a escola retrata, enquanto fatia de uma sociedade inclusiva a qual pretendemos formar.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto. Em seguida, realizou-se uma pesquisa com quatro professores sendo eles: dois professores, um professor pedagogo e o diretor do Colégio Estadual João Theotônio Netto Ensino Médio e Profissional da cidade de Moreira Sales – Paraná.

Esta escola possui quatro alunos surdos inclusos, no entanto conta com apenas uma professora interprete de LIBRAS o que impossibilita o atendimento a todos os alunos.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário. Foi entregue um questionário aos participantes que o responderam por escrito e individualmente.

O questionário aplicado está posto abaixo:

Questionário

1- Você tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS?

( ) Sim ( ) Não

( ) Boa

( ) Média

( ) Insuficiente

2- Na sua escola houve palestras ou cursos de preparação para professores e alunos sobre a inclusão de alunos surdos?

( ) Sim

( ) Não

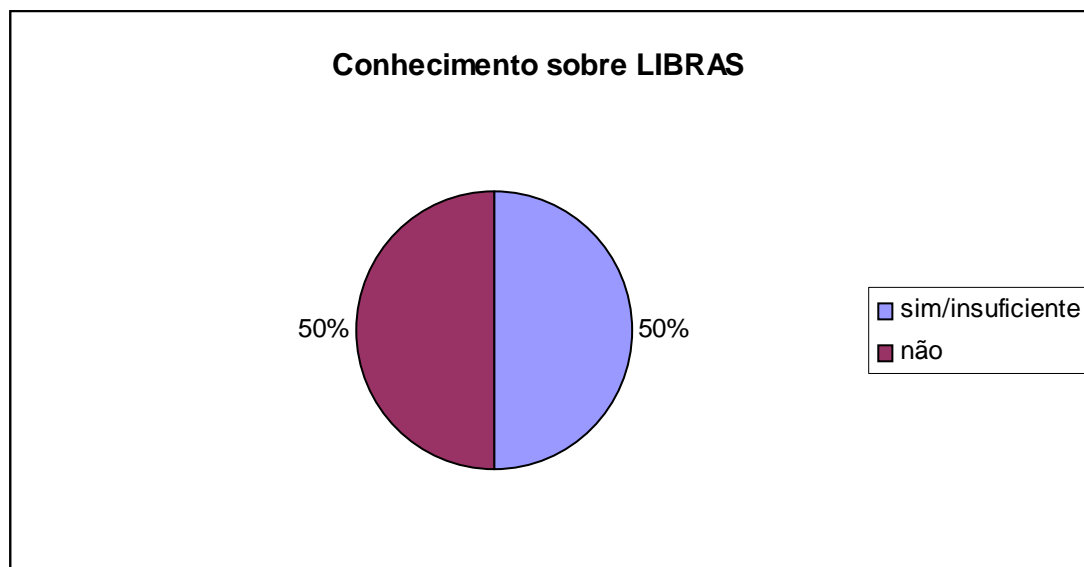
3- Qual sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares? Os professores e a escola estão preparados para recebê-los?

A análise dos dados foi realizada qualitativamente, analisando as informações da pesquisa, fundamentando-se os dados nos autores pesquisados.

#### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste momento serão apresentados os resultados obtidos através do questionário aplicado aos professores tendo como base autores que estudam sobre o assunto.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre Língua de Sinais.



Fonte: autora, 2012

O gráfico 1 mostra o resultado do questionário apresentado aos professores sobre o seu conhecimento sobre a Língua de Sinais, nota-se que 50% afirmam não ter conhecimento sobre a Língua e os outros 50% consideram o seu conhecimento insuficiente para realizar um bom trabalho com os alunos inclusos.

Para que haja a inclusão destes alunos é necessária a utilização de estratégias pedagógicas que considerem a especificidade do surdo, é importante que o professor possua conhecimento sobre os métodos e técnicas adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo.

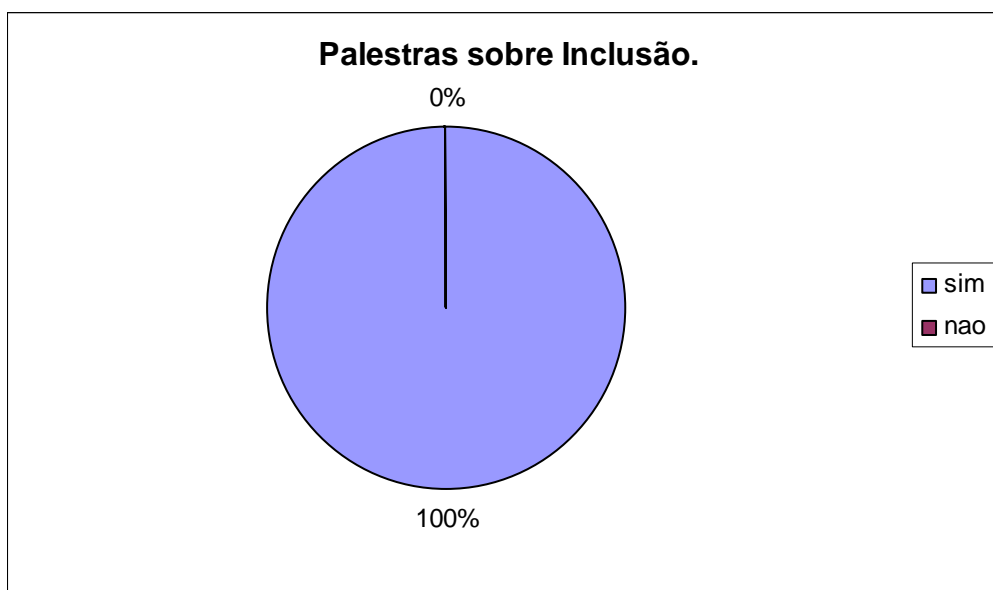
Refletindo sobre esse processo, Martins (2008, p. 19) afirma:

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades. Para tanto, requer-se,

especialmente, uma efetiva preparação de profissionais de educação, que proporcione um contínuo de desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em classe. Preparação que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas próprias condições para ensiná-los em um ambiente inclusivo, assim como da necessidade de refletirem constantemente sobre a sua prática, a fim de modificá-la quando necessário.

Fica evidente que os professores entrevistados sentem a necessidade de se aperfeiçoarem para oferecer uma aula de melhor qualidade aos seus alunos surdos.

Gráfico 2 - Palestras ou cursos para professores e alunos sobre a inclusão de alunos surdos.



Fonte: autora, 2012

O gráfico 2 traz as respostas da pergunta: na sua escola houve palestras ou cursos de preparação para professores e alunos sobre a inclusão de alunos surdos? Onde todos os entrevistados afirmam que houve sim palestras sobre inclusão, assim verifica-se que a escola teve o cuidado de promover um

momento onde os alunos e professores pudessem conhecer um pouco da cultura e identidade surda.

A Declaração de Salamanca (1994, p.31) diz que “O princípio fundamental da escola inclusiva, consiste em que todas as pessoas devam aprender juntas, onde quer que seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter [...]”. Dessa forma, recorre-se a educação inclusiva a fim de educar e socializar todas as pessoas que possuam necessidades educativas especiais. Incluir é preciso para que a escola venha formar gerações preparadas para lidar com as diferenças, sem preconceitos e barreiras.

O envolvimento dos professores e alunos é fundamental para que ocorra a inclusão verdadeira. A escola inclusiva é aquela que abre suas portas para todos os alunos e suas dificuldades, tendo com objetivo promover um ensino direcionado a cada aluno, respeitando suas diferenças e necessidades sem discriminação.

A tabela 1 traz as respostas da pergunta: Qual sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares? Os professores e a escola estão preparados para recebê-los?

Tabela 1

Respondente 1	Eu concordo com a Inclusão. Porém, a escola e os professores teriam que serem melhores preparados. Estes alunos inclusos não deveriam ser colocados numa sala com quarenta alunos por exemplo. Muitas vezes eles são “jogados” lá, sem que o professor tenha a menor condição de atendê-los. Se o professor fosse melhor preparado e a sala de aula tivesse menor números de alunos isto poderia dar certo.
Respondente 2	A inclusão é importante, pois é um direito do aluno e contribui para amenizar as diferenças. Os professores não estão preparados no sentido de que não tem conhecimento suficiente para atendê-los. A escola também não porque falta-lhe recursos didáticos apropriados. Entretanto, temos alguns alunos com esta necessidade e que nos surpreendem com o desempenho escolar, as vezes muito superior a maioria dos outros alunos.
Respondente 3	A inclusão é importante no sentido de amenizar as diferenças a partir da convivência e do respeito. Entretanto, não estamos preparados, pois a primeira barreira é a comunicação: não dominamos a Língua B. de Sinais.
Respondente 4	A inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares é importante; deve



existir mas os professores devem ser capacitados e o numero de alunos em sala também ideal, para assim ser feito um bom trabalho com acompanhamento individualizado a eles. Os professores e a escola não estão preparados para recebê-los.
---

Analisando as respostas percebe-se que todos os professores são a favor da inclusão, no entanto todos ressaltam que assim como os professores a escola regular também não esta preparada para receber os alunos inclusos.

Os respondentes 1 e 4 colocaram que os professores precisam ser melhor preparados e a sala ter um número reduzido de alunos para que os professores possam atende-los melhor individualmente, os respondentes 2 e 3 destacam a importância da inclusão para amenizar as diferenças, observa que na escola falta recursos didáticos para trabalhar com os alunos surdos, entretanto se sente surpreendida com o bom desempenho escolar destes alunos.

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p.45,46).

Após a aplicação do questionário observa-se que a inclusão não deve ser apenas colocar os alunos surdos nas escolas de ensino regular, mas sim fazer com que estes alunos se sintam parte da escola sendo recebidos com professores capacitados, materiais didáticos apropriados para as suas dificuldades e acima de tudo com respeito e sem preconceitos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível perceber que um grande número de pessoas surdas é privado de seus direitos, não tendo assegurado na prática a oportunidade de contribuir com seu desenvolvimento cognitivo e pessoal na sociedade em que vive. Visto que os alunos surdos têm que aprender uma língua diferente da sua, que inevitavelmente está em todos os lugares que ele venha a frequentar. Sendo assim, cabe principalmente aos professores, garantir aos alunos surdos, o direito a uma educação bilíngüe de qualidade. Pois desta maneira poderão ter a oportunidade de identificar-se com os dois mundos aos quais pertencem e exigir seus direitos enquanto cidadãos.

Analisando os resultados da pesquisa realizada com professores do Colégio Estadual João Theotônio Netto - Ensino Médio e Profissional, fica evidente as dificuldades encontradas em relação a educação dos surdos e a importância das estratégias para auxiliar os alunos surdos no seu processo de aquisição do conhecimento. Aos professores que se deparar com alunos surdos em suas salas devem entender que tem diante de si um usuário de uma língua diferente da sua e isto estará refletido nas suas práticas discursivas em sala de aula, devendo assim manter um olhar diferenciado sobre as suas produções. Em vista da necessidade de continuação de pesquisas na área da educação bilíngüe para surdos, registra-se a importância do surgimento de maior número de pessoas dispostas a buscar novas alternativas para tal desafio.

Para tentar superar as barreiras no processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular o Brasil conta com leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que em seu capítulo cinco nos artigos 58 e 59 enfatizam que os alunos com necessidades especiais deverão ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino onde os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, os alunos ainda deverão possuir professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para

atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Vale ressaltar que a inclusão não deve ser tratada de forma isolada na sala de aula, mas sim de forma ampla constando não plano curricular da escola onde contemple mudanças metodológicas com a finalidade de combater os preconceitos e efetivar o aprendizado destes alunos.

Só com constantes reflexões sobre sua metodologia é que o professor poderá verificar se o desenvolvimento do aluno esta sendo satisfatório, se os objetivos estão sendo alcançados ou detectar os pontos que precisam ser mudados.

A inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares é essencial para garantir a participação destes alunos na sociedade e que estes possam exercer seus direitos e deveres de cidadãos. No entanto é necessário que a escola reconheça e satisfaça as necessidades destes estudantes, respeitando os estilos e ritmos de aprendizagem de cada aluno e que haja uma boa organização curricular com estratégias pedagógicas para garantir um bom nível de educação a todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais /** organizado por BRITO, L. F. et.al – Brasília: SEESP. 1997 v. II ( Série Atualidades Pedagógicas)

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Especial Deficiência auditiva. Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino fundamental. **Deficiência auditiva.** Brasília-DF: SEESP. v.1,1997.

BRASIL. Ministério da educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de Educação Especial:** área da deficiência auditiva. Brasília-DF: MEC SEESP. 1995.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. **Crianças surdas em idade pré-escolar e a investigação da classificação de objetos.** Brasília-DF: MEC SEESP. 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. **Declaração de Salamanca.** Brasília-DF: MEC SEESP. 1997.

BRASIL. **LEI 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm), acesso em novembro de 2012.

COLL, C. ET AL. **Desenvolvimento psicológico e educação. Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** 3. Ed. Porto Alegre, 1995.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Declaração **de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas.** Brasília: CORDE. 1994.

GÓES MCR. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas, SP: Autores Associados; 1996.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, C. B. F. de. **Um pouco da história da história de diferentes abordagens na educação de surdos.** Cadernos CEDES, v.19, n.46. Campinas: UNICAMP, 1998.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (Org.). **Inclusão: compartilhando saberes.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WERNER, D. **Guia de deficiência e reabilitação simplificada.** Brasília-D: Corde, 1994.